

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: REFLEXÕES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II¹

LINGUISTIC VARIATION IN THE CLASSROOM: REFLECTIONS ON THE TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE FOR ELEMENTARY SCHOOL II

Valmir dos Reis Nascimento²

Simone Oliveira Thompson de Vasconcelos³

RESUMO:

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica sobre as variações linguísticas e suas relações com o preconceito linguístico. Com base na atual interpretação dos conceitos linguísticos, foram analisados artigos e livros científicos sobre a temática abordada, bem como, a legislação vigente no Brasil sobre as práticas de ensino e aprendizagem. A literatura analisada demonstrou que o preconceito linguístico está diretamente relacionado às variações linguísticas e que, extrapolam o conceito de língua para alcançar dimensões sociais, tornando-se, assim, o preconceito linguístico uma forma de preconceito social. Quanto às propostas para o enfrentamento desse problema, a literatura menciona melhor formação dos professores, abordagem do tema em todas as etapas da educação e a articulação da escola no sentido de informar a comunidade que dela se serve sobre o assunto.

Palavras-chave: Preconceito Linguístico. Variação Linguística. Língua Portuguesa.

ABSTRACT:

This work consists in a bibliographical review about linguistic variations and their relationships with the linguistic prejudice. Based in the current interpretation of the linguistics concepts, here, was analyzed scientific articles and books regard the stuff, as well as, was analyzed the Brazilian legislation about the learning e teaching practices. The material revised shows that the linguistic prejudice is, still, connected to linguistic variation and that it goes beyond the board of language, reaching the social domain. As propose to face this problem, specialists demonstrate that is an urgent need the teacher training, approach of this them in al phases of education e, more important, articulation between the school and community with de goal to inform all people about this.

Keywords: Linguistic Prejudice. Linguistic Variation. Portuguese Language.

¹ Trabalho Final de Curso de Graduação em Letras Português do IFES - Campus Vitória.

² Graduação em Letras Português pelo Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Vitória. E-mail: valmireis@hotmail.com.

³ Professora/Orientadora: Simone Oliveira Thompson de Vasconcelos; Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória. E-mail: Simone.vasconcelos@ifes.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A sala da aula é um ambiente complexo, nela se manifestam diversas culturas, histórias, crenças e pessoas vindas das mais diversas áreas de atividade humana. Exatamente por esse motivo, ao abordar o ensino de Língua Portuguesa, em sala de aula, o docente, ciente de toda essa complexidade, deve procurar meios e recursos que possibilitem um ensino dinâmico, com a finalidade de atender as demandas de forma individualizada sem perder de vista o aspecto coletivo e social na prática de ensino.

Pensando nesse desafio, a pesquisa abordará o ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa a partir dos pressupostos da sociolinguística, com foco na variação linguística, mais especificamente, as manifestações da fala a partir dos contextos histórico-sociais e culturais

A fala é a materialização do pensamento e o pensamento é formado pelas condições históricas, sociais e culturais. Desta maneira, a fala se revela como um importante campo de pesquisa no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Contudo, há uma tendência em privilegiar uma variante da língua portuguesa, geralmente aquela que é dita “padrão” e está mais próxima às formas de expressão das classes dominantes.

Considerando essa realidade, e sabendo que a apropriação das condições de linguagem é fundamental para a mobilidade social⁴ (BORTONI, 2014), essa pesquisa, fará uma reflexão sobre a abordagem da variação linguística nas aulas de língua portuguesa como importante para a construção de um saber autônomo e crítico da Língua Portuguesa. Em outras palavras, o tema aqui apresentado se limita a analisar a manifestação social da fala, em sala de aula, como um fenômeno potencializador para o aprendizado crítico da Língua Portuguesa.

Diante desta proposta, é elaborada uma questão norteadora para esse trabalho que expressa da seguinte forma: De que maneira o ensino de Língua Portuguesa

⁴ De acordo com Bortoni (2014), a língua- inclusive a portuguesa é, por si mesma uma instituição social e, como tal, o domínio dos seus mecanismos é uma das formas, em geral, requeridas para acesso aos postos importantes da sociedade.

tem abordado a variação linguística nos anos finais do Ensino Fundamental II e como essa questão é apresentada na Base Nacional Comum Curricular? Importante lembrar que a Base Nacional Comum Curricular - (Brasil, 2017) é o documento que não só orienta, mas também, normatiza o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Legislação Educacional

Na obra *História e política da educação profissional*, Ramos (2014) faz uma criteriosa análise da legislação que norteou a educação brasileira, desde a era Getúlio Vargas até as primeiras décadas do século XXI. Em sua análise, destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/96 (LDB). Embora aponte alguns aspectos importantes desta lei, como por exemplo o fato de ela ter expandido o termo educação para fazê-lo apreender a educação profissional, faz, também, importantes críticas a esse instituto legal.

Dentre seus principais apontamentos críticos, menciona que a lei tem um caráter “minimalista” o que deixava ambíguas algumas questões relacionadas à educação e, por essas brechas, surgiram, segundo a autora, a justificação para decretos como o 2.208 de 1997 que, em sua visão, colocou a educação pública em um vetor de privatização (RAMOS, 2014).

Ao longo dos anos, desde sua promulgação, a LDB sofreu diversas modificações. Uma das mais significativas ocorreu em 2017, quando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi incluída em seu escopo

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento (BRASIL, 2021).

Uma vez incluída na LDB, a BNCC passou não só a orientar o ensino da Língua Portuguesa, mas, mais do que isso, assumiu o caráter normativo por meio do qual, determina por força de lei o que o aluno tem direito de aprender.

Duras críticas vêm sendo feitas ao documento desde sua promulgação. Dentre elas, a de que o documento tem por objetivo promover uma ideologia neoliberal

no sentido de padronizar a educação básica nos moldes do mercado o que, por um lado, prepararia os estudantes para atender essa demanda e, por outro lado, a própria educação torna-se uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado (LIMA e SENA, 2020, p. 11- 37).

Com relação ao conteúdo da BNCC sobre a variação linguística, para o ensino fundamental, lemos na quarta competência para o ensino de Língua Portuguesa, nessa etapa da educação, que se deve “Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos”. Além dessa menção, encontramos as competências EF69LP50, que sugere o uso do teatro na escola para a explicitação das “marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões)” e uma habilidade para o ensino de inglês (EF07LI22) que menciona a necessidade de se reconhecer “a variação linguística como fenômeno natural das línguas (BRASIL, 2017, p. 87, 159, 255). Fora essas passagens, as demais ocorrem no escopo do Ensino Médio e, portanto, fora da abrangência desta pesquisa.

2.2 Variação linguística em sala de aula

Para o linguista José Luiz Fiorin, a variação linguística é um campo da sociolinguística que procura relacionar a estrutura da língua e a estrutura social. Assim, a depender dos distanciamentos históricos, culturais, sociais, geográficas etc. vão aparecendo formas diferentes de fala (FORIN, 2008, p. 44).

Bagno e Rangel (2005, p. 72) também procuram levar a discussão da variação linguística para além do que tem sido discutido na superfície do assunto, por isso afirma que essa não é uma área onde se discute o “sotaque” e o “léxico”, mas, vai muito além pois a “variação da língua está indissolivelmente associada à variação social”. Os autores ainda acrescentam que mesmo na fala e escrita dos integrantes das camadas mais privilegiadas ocorrem variações que distanciam, em certo ponto, a forma como esses falantes usam a língua e a forma como ela é estabelecida na variante padrão.

Para Marine e Barbosa (2017, p. 189- 190) a distância que existe entre a língua materna, isto é, aquela que se aprende em família e nos primeiros anos de vida e a Língua Portuguesa conforme ensinada na escola, representa um desafio a

ser superado, pois, por se distanciarem muito, essas duas formas de linguagem nem sempre se complementam.

O impacto que o aluno sofre, ao ser apresentado a uma forma de linguagem planificadora, em determinadas condições, pode levar a um retrocesso na apropriação das múltiplas possibilidades da língua. Superar esse problema, todavia, demanda um esforço que, além de intelectual, precisa ser ético.

Todos esses desafios, dificuldades e problemas para que possam começar a ser enfrentados, precisam, entre outras coisas, ser motivo de reflexões e indagações dos docentes de língua portuguesa que, como já mencionado no início deste artigo, precisam saber qual a concepção de linguagem assumem e como desempenham a sua prática docente, que tipo de ensino almejam desenvolver em suas aulas e, principalmente, quais são os objetivos a serem alcançados por meio de suas aulas (MARINE e BARBOSA, 2017, p. 190).

Uma proposta interessante para a superação deste desafio que dialoga com esta pesquisa, vem sendo desenvolvida por pesquisadores da sociolinguística e vai na direção contrária ao mero ativismo linguístico, que se debruça quase que exclusivamente sobre propostas de abordagens sobre politicamente e socialmente corretas para língua. Trata-se da adoção de:

[...] uma postura ativa dos pesquisadores da Sociolinguística em mobilizar os resultados de seus estudos para revertê-los em tecnologia social: materiais didáticos e de difusão no suporte, reconhecimento e valorização das variedades (FREITAG, 2016, p. 451).

A partir desta perspectiva, a sociolinguística se torna mais abrangente, percorrendo não só a linguagem, em si mesma, mas relacionando-a com o trabalho, com a cultura, com a ciência e com as tecnologias. É a partir desta concepção que Freitag (2016) aponta para uma possibilidade de aproveitamento das variedades linguísticas em sala de aula para a abordagem dos conflitos políticos e sociais. Dito de outra forma, significa que ao falar, o aluno expressa uma condição social e cabe ao professor captar essa condição social para construir, a partir dela, um ensino significativo para o aluno.

Outra situação que, costumeiramente é apresentada nas pesquisas tem a ver com os recursos disponibilizados para uso em larga escala, como é o caso do livro didático. Porém, alguns pesquisadores sugerem que, mesmo fazendo uso destes materiais, o professor pode encontrar maneiras de superar a planificação

da língua e expandir as abordagens em Língua Portuguesa com o propósito de abranger suas variedades. (OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2017).

O livro didático como elemento limitante para a abordagem da Língua Portuguesa e suas variedades parece ser uma barreira com possibilidades de superação mais fáceis do que outras situações, como as normatizações impostas por lei e as provas de larga escala para acesso ao ensino superior. Quanto ao livro didático, se, enquanto instrumento de ensino, é limitante, o professor pode “expandir a proposta desse material didático, trazendo para o ensino de língua portuguesa as variedades linguísticas que constituem a realidade cultural brasileira” (OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2017, p. 349).

Abordando o tema da sociolinguística em sala de aula, alguns pesquisadores limitam-se de explicar a variedade linguística como sendo uma necessidade de uso igualitário destas variedades, por exemplo, dizendo que é

[...] imprescindível os professores se sensibilizarem quanto ao fato de que não há uma variedade linguística superior, esclarecendo que todas são legítimas e que as avaliações feitas sobre cada uma delas estão atreladas a aspectos exclusivamente sociais, geográficos e/ou econômicos. Em decorrência da estratificação das sociedades em grupos separados socioeconomicamente, as variedades linguísticas faladas por grupos diferentes acabam agregando valores que vão muito além do aspecto linguístico (HORTA, 2014, p. 614).

Embora essa percepção seja válida, o resultado decorrente dela pode ser muito artificial no sentido em que as pessoas passem a fazer uso de algumas variedades que não expressem sua própria realidade, o que dificultaria e dissimularia ainda mais as condições sociais. A proposta é outra, consiste em assinalar essas formas de linguagem no sentido de construir o aprendizado da língua a partir da realidade concreta da língua, embora não se pode negar que como afirma Horta (2014), reputar como erro uma determinada forma de falar seja preconceito.

Se as limitações forem pensadas no sentido de conteúdo, isto é, de que material e quais temas devem ser tratados em sala de aula, fica patente as dificuldades para o professor de língua portuguesa. Mas, se a sociolinguística for pensada como um elemento que possibilita ao professor perceber a realidade social, histórica, cultural etc. do aluno e, a partir desta constatação, construir uma forma

de educação linguística significativa, esses entraves como as normas, os livros didáticos etc. assumem uma importância bem menos significativa (OLIVEIRA, CYRANKA, 2014).

A partir de uma postura mais compreensiva e menos corretiva diante os modos de falar que o professor poderá

Tendo em vista o olhar apurado da Sociolinguística sobre o desenvolvimento da linguagem humana, acreditamos que seja possível criar uma proposta didática e metodológica capaz de ampliar, na sala de aula, o conhecimento e o uso do português brasileiro (OLIVEIRA, CYRANKA, 2014, p. 77).

Se a língua é a expressão da realidade como enxergada pelo indivíduo, não cabe ao professor mudar a forma como essa realidade é enxergada, cabe a ele enxergar através da linguagem do aluno a forma como ele compreende essa realidade a ajudá-lo, a partir desta realidade concreta, construir seus saberes.

2.3 O Preconceito Linguístico

De acordo com Bagno (2007) o preconceito linguístico se dá pela confusão que sempre existiu entre a língua e as gramáticas normativas. Ao longo de seu livro que tem por título “Preconceito Linguístico”, o autor procura analisar, ao longo da história, os chamados “mitos geradores de preconceitos” que impregnaram a Língua Portuguesa no Brasil e, ao refletir sobre cada um deles, apresenta um panorama bem claro da gravidade do problema e da necessidade urgente que há em enfrenta-los.

Dentre os mitos apresentados por Bagno alguns estão diretamente relacionados às variações linguísticas como, por exemplo o mito de que “as pessoas sem instrução falam tudo errado”; “O certo é falar assim porque se escreve assim” e “É preciso saber gramática para falar e escrever bem” (BAGNO, 2007, p. 40, 52, 62).

O preconceito linguístico ocorre quando uma variação linguística se distancia de outra, considerada padrão e culta. Isso ocorre porque pessoas com maiores condições de acesso à educação formal tende, também, a dominar melhor a variação padrão. Em função disto, há uma tendência na educação em aproximar

as formas de expressão como se elas não revelassem as diferenças sociais. (ORSI, 2011).

O processo de preconceito, nem sempre reside no campo da consciência do indivíduo preconceituoso. E é exatamente esse preconceito não percebido que se constitui em um dos problemas mais debatidos no preconceito linguístico.

Para se estudar e entender o preconceito é necessário recorrer a mais de uma área do saber. Ainda que esse seja um fenômeno também psicológico, o que conduz o indivíduo a ser ou não ser preconceituoso pode estar em seu processo de socialização, em que se baseia sua formação como indivíduo (ORSI, 2011, p. 342).

Para Silva (2021), o papel da escola em relação ao preconceito linguístico vai além das simples práticas de transcrever textos em variações diferentes da variação padrão. É importante que as variações sejam consideradas a partir da realidade dos indivíduos que fazem uso dela. Pois uma determinada variação linguística sempre se liga uma determinada condição social.

Nesse sentido, seria interessante uma abordagem do problema do preconceito linguístico de uma forma menos artificial

Uma alternativa para essa mudança seria conversas abertas com os discentes, fazendo-os refletir sobre todo o processo linguístico entendendo que em nossas interações sociais, cada ser humano e expressa de distintas maneiras, fazendo-os compreender que existem lugares, hábitos e condições diferentes em cada lugar e por vários motivos, cada pessoa utiliza signos e códigos diferentes (SILVA 2021, p. 8).

Outro ponto importante quanto se trata das variações linguísticas e do estranhamento que causam aos usuários da variante padrão é compreender o que motiva essa variação. Em alguns casos, ela ocorre em função das regionalidades, em outros casos em função do ambiente de convivência e; em alguns casos, de especial interesse para essa pesquisa, a variação ocorre em função das desigualdades sociais.

Nesse sentido, Moraes e Botelho (2017) destacam que as variações denunciam as desigualdades de oportunidades, inclusive de escolarização. E a escola, por sua vez, acaba por reproduzir, em alguns casos, fomentos ao preconceito, pois ao se dizer que uma forma é a certa de se falar e a outra é a errada, inclui no conceito de “errado” um modo de proceder social de um determinado indivíduo.

Assim, o indivíduo que não é capaz de dominar a variação padrão é enquadrado como alguém inapto.

Portanto, aqueles que participam de uma comunidade privilegiada economicamente possuem a oportunidade de ingressar em boas escolas, se tornando competentes na fala mais prestigiada socialmente, mas também na linguagem padrão. Já os componentes das classes desprivilegiadas não possuem as mesmas condições de ingressar em instituições educacionais de qualidade, são competentes na linguagem utilizada em sua sociedade, mas não conseguem usar adequadamente a linguagem de prestígio, quando essa é solicitada (MORAES E BOTELHO, 2017, p. 14).

Outro problema no enfrentamento ao preconceito linguístico é a forma como os livros didáticos abordam o assunto. Gomes, Pilatti e Fuza (2017) explicam que alguns livros didáticos ainda têm a tendência de apresentar um texto escrito em uma determinada variação linguística e, em seguida, sugerir aos alunos que faça a transcrição para a linguagem padrão. Uma prática que, na visão dos autores, fomenta o preconceito.

Na atualidade, segundo os autores, as questões regionais que pulsionam as variações linguísticas têm sido mitigadas pelas contribuições da sociolinguística, mas, as questões sociais ainda demandam maiores esforços.

Os resultados apontam para o ensino da língua em sua concepção orientada para o uso, ligando-se à fundamentação teórica da Sociolinguística. Porém, são necessárias discussões mais aprofundadas em relação às percepções das questões sociais que envolvem a língua (GOMES, PILATTI e FUZA, 2017, p. 201).

Ainda sobre a análise dos livros didáticos Miyake (2019) também afirma que, na atualidade, tem havido uma modificação nos livros didáticos no sentido de mitigar o preconceito linguístico. E, por isso mesmo, os livros didáticos quando escolhidos pelos docentes com o devido cuidado podem contribuir para o rompimento com a prática de preconceito linguístico.

Mas, afirma que o preconceito linguístico ainda se manifesta nos livros didáticos e que, por isso,

Ainda se fazem necessárias medidas mais pontuais nesse sentido, que não desmereçam a continuidade das lutas dos Movimentos Sociais, pois o livro didático também tem por objetivo disseminar essa política pública, fazendo com que os sujeitos a que se destina compreendam sua importância, e esse impacto só pode ser medido em longo prazo (MIYAKE, 2019, P. 154).

Além dos livros didáticos, outros fatores podem interferir nesse sentido, como a própria formação do professor.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Lozada e Nunes (2019) definem três elementos importantes que devem compor a metodologia de um trabalho científico. A revisão de literatura, a metodologia de abordagem aos objetivos, a metodologia para análise dos dados.

Com relação à revisão de literatura, as autoras informam que é a parte inicial e essencial, desde a formulação do problema até o desfecho do trabalho. De forma específica, explicam que “a revisão de literatura consiste no mapeamento teórico do estado atual de conhecimento sobre o tema em questão (LOZADA E NUNES, 2019, P. 59).

Quanto à finalidade, isto é, a forma de enfrentar os objetivos propostos, essa é uma pesquisa descritiva, considerando que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as pesquisas exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” importante ainda mencionar que essa escolha se deu pelo fato de que, nas pesquisas descritivas, “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (PRODANOV, 2013, p. 52- 53).

A pesquisa, portanto, partindo de uma revisão literária sobre a variação linguística, avança em seus objetivos de forma descritiva, e analisa os dados decorrentes do problema de pesquisa de forma qualitativa. Essas duas características, a revisão bibliográfica e abordagem descritiva, são categorias de um conceito mais amplo, a pesquisa qualitativa. Assim, “a pesquisa qualitativa é um tipo de investigação voltado para as características qualitativas do fenômeno estudado, considerando a parte subjetiva do problema” (LOZADA e NUNES, 2019, p. 133).

Ainda sobre os procedimentos metodológicos, para o levantamento do material bibliográfico, foi feita uma revisão de literatura no mecanismo de busca do Google Acadêmico, onde serão inseridos os descritores “variação linguística”,

“sociolinguística” e “cotidiano escolar”. Dentro de um recorte de tempo dos últimos cinco anos.

Ao inserir esses descritores no mecanismo de busca do Google acadêmico, o site retornou 343 referências. Para delimitar ainda mais os documentos a serem analisados, optamos por inserir os descritores “preconceito linguístico” exigindo que os artigos os combinassem com “sociolinguística” e “variação linguística”, estabelecendo os últimos cinco anos para a ocorrência das pesquisas. Assim, obtivemos 29 artigos.

Quando analisados, desses 29, havia algumas repetições de mesmo título, alguns estavam indisponíveis e outros não abordavam o tema de forma a contribuir para essa pesquisa. Ao final, seis artigos foram selecionados Alves e Oliveira (2018) que abordou a necessidade de discussão do preconceito linguístico em todos os níveis da educação; Santos (2018) que investiga a manifestação do preconceito linguístico na educação básica, na modalidade EJA; Zortéa e Snichelotto (2019) e Dantas (2021) que abordam a formação do professor para o combate ao preconceito linguístico; e, por fim, Furiéri e Perez (2014) e Ferreira (2016) que abordam a natureza do preconceito linguístico como alienação social.

4. REFLEXÕES A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Alves e Oliveira (2018) chamam a atenção para a importância de abordar o preconceito linguístico em sala de aula e não apenas na formação do professor. De acordo com os autores, quando o aluno é exposto a essa situação ainda na infância, ao longo de sua formação, compreende o impacto que o preconceito pode trazer para a educação e, ele mesmo, ao tomar essa consciência sabe enfrentar essa situação ao longo de sua vida escolar.

Acrescentam ainda que essa prática tem implicações que vão além da vida escolar “pois, além de formar um profissional para o mercado de trabalho, a escola deve formar cidadãos críticos para exercer cidadania nas relações interpessoais em sociedade” (ALVES e OLIVEIRA, 2018, p. 24)

Para o pesquisador Santos (2018), o preconceito linguístico ainda se encontra arraigado à sala de aula. Após realizar uma pesquisa de campo com professores do primeiro segmento da EJA, o autor aponta que 43% dos professores não perceberam o preconceito linguístico nos textos distribuídos para análise, e isso, segundo afirma, porque na formação do professor, as variações linguísticas nem sempre são contempladas, pois a ênfase está na variação culta.

Quanto aos cursos superiores, embora, em geral, haja uma abordagem sobre o tema da variação linguística, essa abordagem, como dizem Zortéa e Snichelotto (2019) é superficial e, no geral, predomina o ensino da variante padrão, com foco na concepção gramatical da língua, o que, de acordo com o que dizem as autoras, vai de encontro àquilo que os estudos linguísticos atuais têm demonstrado.

Contudo, nos cursos de Letras essa realidade tem apresentado uma sensível mudança no sentido positivo, isto é, tem sido dada maior importância às questões do preconceito linguístico, e a percepção dos formandos parece ser mais adequada aos atuais estudos linguísticos. Em defesa dessa realidade, Dantas (2021) apresentou uma interessante dissertação de mestrado onde demonstra que em alguns cursos de Letras oferecidos por instituições federais, a flexibilização tem permitido pesquisas na área das variações linguísticas o que não ocorre em currículos mais fechados e inflexíveis (DANTAS, 2021).

Uma importante contribuição para o esclarecimento do que seja preconceito linguístico é feita por Ferreira (2016). De acordo com o autor, na raiz do preconceito linguístico está a alienação da língua. Isto é, a ideia de que a língua não pertence a todos, mas a um pequeno grupo que, por dominar a variante padrão gramatical, se colocam como “donos da língua”. Para defender esse ponto de vista, o pesquisador busca nas teorias marxistas o conceito de alienação, e afirma que esta consiste no fato do homem projetar para fora de si as condições que ele julga boas. Dessa maneira, ao se pensar a língua como algo que só pode ser usado adequadamente por uma pessoa com inteligência superior, alguns indivíduos alienam-se da língua.

Nesse contexto de alienação, Furieri e Perez (2014) afirmam que o preconceito linguístico não é uma condição intralinguística, isto é, não é inerente à língua, mas, na verdade, apara-se nas diferentes formas de fala para atribuir juízos sobre os falantes, classificando aqueles que dominam a norma culta em um grupo social e aqueles fazem uso de outras variantes em outros grupos.

Para chegar a esses resultados, os autores lançaram mão das redes sociais e identificaram algumas comunidades criadas com objetivos que fomentam o preconceito linguístico. Por exemplo, a comunidade “eu odeio erros de português” com milhares de seguidores. Nessa comunidade, os autores puderam perceber que, quanto ao gênero, as mulheres aderem mais às críticas contra os desvios da norma culta, são 78% contra 21% de homens. Com relação à escolaridade, 40% das críticas aos supostos “erros” de português surgem de pessoas com ensino superior, 27% de pessoas no ensino médio e, somente 7% das críticas partem de pessoas que ainda cursam o ensino fundamental, o autor ainda acrescenta que, quanto à idade, a maioria dos críticos em redes sociais tem entre 18 e 25 anos, e estão entrando para o ensino superior ou o concluindo (FURIERI, PERES, 2014).

Assim, considerando os pressupostos teóricos que sustentam a análise desta pesquisa, percebe-se que os autores revisados dialogam com as teorias sustentadas por Fiorim (2008), no sentido de que, as variações linguísticas transcendem questões gramaticais e se tornam um marcador social, portanto, estão no campo da sociolinguística. Esse diálogo pode ser percebido, por exemplo, na percepção de Alves e Oliveira (2018), que entende que o preconceito linguístico, que surge na sala de aula, se dá pelo fato das diferentes camadas sociais e das diferentes culturas que ali convivem.

Partindo do outro referencial teórico desta pesquisa (BAGNO, 2007) para quem há uma confusão teórica entre as gramáticas normativas e a língua, é possível perceber que, na sala de aula, esse equívoco ainda persiste, como se a gramática normativa fosse, ela mesma, a língua.

A pesquisa de Furieri, Peres (2014) mostram que essa confusão transcende a sala de aula e alcança as redes sociais. Nas manifestações racistas encontradas

pelos autores, verifica-se que os praticantes do preconceito confundem um enunciado concreto com a normatividade de uma gramática. E, especialmente, quando há uma opinião divergente, esse argumento é usado para tentar diminuir o prestígio da opinião alheia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o fio condutor desta pesquisa, isto é, a normatividade da BNCC para a educação básica no Ensino Fundamental II, e a presença do livro didático, em sala de aula, percebe-se que, embora haja alguns avanços no sentido de trazer os gêneros textuais diversos para a sala de aula, ainda há um forte apreço pelo ensino conteudista e gramatical.

Essa realidade, no entanto, não decorre da vontade dos professores, na maioria das vezes, mas da própria normatização da BNCC. Esse documento que impõe, na forma da lei, os conteúdos a serem ensinados encontra sua força nas provas de larga escala que ocorrem em diversas etapas da educação básica. Isso força as escolas e professores a se ajustarem à proposta conteudista da BNCC.

Ao analisar as pesquisas mais recentes sobre a ocorrência de preconceito linguístico na escola, percebe-se que ainda não há uma literatura especializada a tratar o assunto de forma específica para as séries do ensino fundamental II. Contudo, existem importantes pesquisas que tratam o tema relacionando-o com a escola e seus cotidianos.

Tais pesquisas evidenciam frentes que podem ser enfrentadas pelo professor, dentre elas, destacam-se a necessidade de compreensão do preconceito linguístico como algo transcende o próprio uso da língua a atinge questões sociais (BAGNO, 1999). Pois, essa compreensão mais ampla permite refletir sobre como uma abordagem não preconceituosa da língua pode contribuir para romper com outros paradigmas sociais relacionados ao preconceito.

Também foi possível perceber que é de fundamental importância a formação do professor (MIYAKE, 2019; DANTAS, 2021). A respeito do currículo, há um ponto positivo destacado para as universidades federais que já adotam em suas grades disciplinas que se propõem a debater esse assunto mais profundamente. Isso,

para a educação básica é de grande importância, pois se trata de professores melhor informados sobre o assunto e mais aptos para tratar esse tema em sala de aula.

Portanto, com base na revisão bibliográfica e principalmente nas teorias de Bagno que foram as principais referências do meu trabalho, teorias essas que nos faz refletir de que a variação linguística usada é característica de certas regiões do Brasil e de alguns setores sociais.

Ainda segundo o autor, o professor deve conscientizar o aluno de que ele possui plena capacidade de expressão, e de que seu modo de falar é válido assim como qualquer outro, pois não existe forma linguística “melhor” ou “pior”, mas sim, formas diferentes de serem pronunciadas.

É importante mencionar, também, que o combate ao preconceito linguístico, conforme demonstrado na literatura revisada, precisa ser estrutural, visto que o próprio preconceito é estrutural. Assim, além da sala de aula, esse assunto precisa percorrer os corredores da escola, ir até a cozinha, voltar e circular pelo pátio, sair dos muros escolares e alcançar a comunidade como um todo. Nesse sentido, é importante que todas as modalidades de ensino, incluindo a EJA (SANTOS, 2018) sejam expostas a esse tema, pois, por meio do diálogo e da reflexão esse problema pode ser contornado e superado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rosembergh da Silva; OLIVEIRA, Maria Lúcia Ribeiro de. O preconceito linguístico na escola: uma análise sociolinguística do livro ‘Uma escola assim, eu quero pra mim’, de Elias José. **Anais do XV Congresso NUPIC**. v.5, n.1, 2018. Disponível em: https://publicacoes.fafire.br/diretorio/nupic/nupic_2017_13.pdf. Acesso em: nov. 16, 2021.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é? Como se faz?** (ed. 49) São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação lingüística no Brasil. Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/LdCCsV35tZzGymcnq8DcW5p/?lang=pt>. Acesso em 20 out. 2021.

BORTONI, Stella Maria. A língua portuguesa no Brasil. **Letras de Hoje**, v. 13, n. 4, 6 out. 2014

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996- lei de diretrizes e bases. Brasília: Planalto, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

DANTAS, R. O. Variação e Preconceito Linguístico: uma discussão com os alunos de Letras da UEPG e suas atitudes perante o currículo. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3480/1/Dissertacao%20Final%20Rictor%20Dantas.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

FERREIRA, R. M. . Alienação Linguística: O que é e como isso ajuda a fomentar o preconceito linguístico. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (Online) , v. 6, p. 32, 2016. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/revista-espaco-academico-v06-n02-artigo-03.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. **Alea: Estudos Neolatinos**. 2008, v. 10, n.1, p. 29-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2008000100003> acesso em: 08 nov. 2021.

FREITAG, R. M. K. Sociolinguística no/do Brasil. **Cadernos de estudoslinguísticos**, Campinas, SP, v. 58, n. 3, p. 445–460, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8647170/15085>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FURIERI, D. ; PERES, E. P. . O preconceito linguístico no ciberespaço: um estudo sobre a discriminação linguística no espaço virtual e seus agentes. In: **II CONEL - Congresso Nacional de Estudos Linguísticos**, 2014, Vitória. Anais do Congresso Nacional de Estudos Linguísticos, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/46472172/6464-14679-1-SM.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GOMES, A. F. P.; PILATI, A. L.; FUZA, A. F. As Variações Linguísticas em Livros Didáticos do Ensino Médio. **Porto das Letras**, v. 6, n. 1, p. 200-219, 17 abr. 2020.

HORTA, Bruno Defilippo. Sociolinguística em sala de aula: visão e postura docente ante as variedades desprestigiadas do português. Palimpsesto. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 610-625, jul. 2018. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/download/35059/24762.
Acesso em 16 mar. 2021.

LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. **A pedagogia das competências na BNCC e na proposta da BNC de formação de professores**: a grande cartada para uma adaptação massiva da educação à ideologia do capital. In UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivania Paula Freitas de Souza (Orgs.) **Diálogos críticos**: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. (vol. 2). Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Elizabeth-Goncalves-2/publication/350592563_Dialogos_Criticos/links/6067af8c299bf1252e244c64/Dialogos-Criticos.pdf#page=11. Acesso em 18 out. 2021.

LOZADA, ; NUNES, K. D. S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019.

MARINE, T.; BARBOSA, J. B. Em busca de um ensino sociolinguístico de Língua Portuguesa no Brasil. [s. l.], **Signum: estudos da linguagem**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 185-215, jan. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/23161>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MIYAKE, S. A. F. **Preconceito linguístico**: estudo dos livros didáticos de língua portuguesa utilizados nas escolas do campo no município de Tijucas do Sul. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.

MORAIS, C. C.; BOTELHO, L.S.. Variação linguística: questões escolares e sociais. **Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 12, n. 2, p. 10-28, jul.- dez. 2017.

OLIVEIRA, A. F. F.; NASCIMENTO, I. A. DE A. As variedades linguísticas no livro didático Português – linguagens: uma abordagem sociolinguística. **Letrônica**, v. 10, n. 1, p. 336-349, 27 dez. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/24974>. Acesso em: 16 mar. 2021

OLIVEIRA, L. C.; CYRANKA, L. F. M.. Sociolinguística educacional: ampliando a competência de uso da língua. **Soletras**, [S.l.], n. 26, p. 75-90, mar. 2014. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/download/7392/7886>. Acesso em 16 mar. 2021.

ORSI, V. Tabu e preconceito linguístico. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, n. 17, p. 334-348, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/122427>.

PARÁBOLA,

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

SANTOS, Adriano Oliveira. Variação e preconceito linguístico: o que (não) sabem os professores de primeiro segmento da EJA? **Revelli** v.10 n.2. p. 43 - 61. Jun. 2018. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/7853>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, M. L. G. da. O papel da escola como instrumento de combate ao preconceito linguístico. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e324614, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4614>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ZORTÉA, Tamires Regina; SNICHELOTTO, Cláudia Andrea Rost. Abordagem da variação e da mudança linguística em um curso de graduação em comunicação social – jornalismo e manutenção do preconceito linguístico na mídia. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 57-74, ago. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/14162>. Acesso em: 16 nov. 2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Valmir dos Reis Nascimento

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: REFLEXÕES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de ARTIGO, apresentado à Coordenadoria do Curso Superior de Licenciatura em Letras-Português, na modalidade EAD – do Instituto Federal do ES – IFES -Campus Vitória – ES, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Aprovado em 03 de dezembro 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Nome do orientador

Nome do Membro da banca 1

Nome do Membro da banca 2

Observação: As assinaturas da Comissão Examinadora estão na ATA FINAL, anexada ao ARTIGO, abaixo desta Folha de Aprovação. No Curso de Letras EAD, partir de 2020.1 (Covid), o orientador assina por todos os membros da banca.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS VITÓRIA

Avenida Vitória, 1729 – Bairro Jucutuquara – 29040-780 – Vitória – ES

LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS - EAD

ATA DE APRESENTAÇÃO E ARGUIÇÃO ORAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - FINAL

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no horário de 20 horas. reuniu-se via web a **Banca Examinadora composta pelos professores:**

Orientador(a): Simone Oliveira Thompson de Vasconcelos

Professor convidado 1: Thiago Zanotti Pancieri

Professor convidado 2 : Helton Andrade Canhamaque

para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Letras/EAD intitulado “Variação Linguística na sala de aula: Reflexões no ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental II.”

de autoria do (s) aluno (s) : Valmir dos Reis Nascimento

O (a) presidente da banca examinadora, professor (a) orientador (a), após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares da apresentação do TCC, passou a palavra para o (a) estudante, para a apresentação de seu trabalho por 10 minutos, no máximo. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do estudante. Logo após, os examinadores se reuniram, sem a presença do estudante e do público (offline), para julgamento e expedição do resultado. Finalizada a análise da Banca Examinadora, o (s) aluno (s) foi considerado:

APROVADO SEM RESTRIÇÃO COM NOTA 90,0 (Noventa)

APROVADO COM RESTRIÇÃO*, COM NOTA _____

O resultado será comunicado publicamente ao estudante pelo Presidente da banca. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e foi lavrada a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da banca avaliadora.

Professor (a) orientador (a) *Simone Oliveira Thompson de Vasconcelos*

Professor (a) Convidado (a) 1 *Thiago Zanotti Pancieri*

Professor (a) Convidado (a) 2: *Helton Andrade Canhamaque*

Vitória, ES, 03 de dezembro de 2021.

*** EM CASO DE APROVAÇÃO COM RESTRIÇÃO, ESPECIFICAR ABAIXO O QUE SERÁ PRECISO MELHORAR/REFAZER NO ARTIGO.**